

Tarley de Carvalho Silva

Graduado em História (UEG);
Pós-Graduado em: Linguagem, Tecnologia e Ensino (UEG);
Pós-graduado em Identidade, Cultura e Região (UEG);
Itapuranga/GO.

Maria de Fátima Chagas Diniz

Pedagoga, Especialista em Educação Infantil;
Ensino Especial; Supervisão Escolar; Educação pré-escolar;
Gestão Escolar; Docência no Ensino Superior;
Criatividade Escolar e Mestre em Educação (PUC – Goiás).

RESUMO

O presente trabalho apresenta um memorial cronológico sobre a formação da educação em Itaguaru, criado através de fontes orais e fotografias, ressaltando as etapas da evolução educacional, desde 1942 até 1998. Será analisado algumas contribuições de sua criação para a comunidade local, o aumento gradual do ensino até o surgimento da Escola Municipal Belisarina Galdino de Oliveira, no ano de 1998 pela municipalização do ensino, sendo uma exigência da **LDB n° 9391/96**. Apresenta algumas metas, os avanços alcançados como uma instituição de ensino e a presente realidade educacional vivenciada. Veremos em abordagem dos autores (Ferreira (2004), Flores e Tomazzetti (2015), Cury (2002), Veiga (2004), Navarro (2004), que dialogam, os conceitos sobre a concepção da Gestão Democrática, o papel do gestor na educação infantil e suas políticas públicas, sem deixar de analisar os desafios presentes na construção do PPP, Projeto Político Pedagógico da instituição estudada.

Palavras-chave: Itaguaru; LDB; PPP.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho a seguir tem como objetivos, de compreender como surgiu a educação no município de Itaguaru, partindo da criação das chamadas “escolas residenciais”. Logo em seguida foi criada uma escola particular, posteriormente uma publica, favorecendo a alfabetização escolar e os anseios da população do pequeno povoado, ainda em crescimento

O processo que culminou com fundação do povoado que se iniciou a partir de 1940, caracterizou com a chegada de famílias mineiras, paulistas e baianas, antes mesmo da criação do povoado. A necessidade da alfabetização de crianças e jovens locais era primordial. As fontes orais pesquisadas relatam que as aulas nas chamadas “escolas residenciais” se iniciam em 1942. Foi nesse período o interesse em alfabetizar as famílias

tradicionais, e perpassa por um crescimento de acordo com a criação do povoado em 1946, criando-se a primeira escola, antes da municipalização.

Embora os fatores que foram fundamentais para a evolução da educação, desde as primeiras dificuldades para a alfabetização das famílias locais, desde o surgimento do primeiro prédio escolar em 1946, que foi construído através de contribuições da própria comunidade. A luta para a formação de um povoado, era primordial para a criação dessa primeira escola pública, construída a partir de 1960, sendo esta de recursos advindos do Estado.

Para compreender a realidade escolar da instituição em debate acima, foi feita uma análise do PPP, Projeto Político Pedagógico, as suas metas, normas, avanços e as contribuições da criação desta instituição pública em 1998. A criação desta escola foi uma exigência da **LDB nº 9391/96**, sendo possíveis a ampliação do prédio escolar para atender a demanda de alunos do qual se crescia constantemente.

Abordaremos no presente trabalho, sobre a gestão democrática em educação, um breve histórico da educação Infantil no Brasil, as diretrizes curriculares que norteiam o ensino e as políticas públicas na educação. Será utilizado o método de **pesquisa descritiva** com a finalidade de analisar referências bibliográficas sugeridas sobre a temática abordada, o estudo terá caráter essencialmente qualitativo, com ênfase na observação, na revisão da literatura utilizada como aporte teórico.

Formação Histórica da Educação em Itaguaru

Para melhor compreender nosso objeto de pesquisa é necessário analisar o contexto local que originou a criação de um povoado na localidade denominada Fazenda Santo Antônio do Curral Queimado em 1946, ideia até então defendida por alguns fazendeiros que habitavam na região e pelas várias dificuldades que se enfrentavam naquele período.

De acordo com Carvalho, Fraga e Silva (2005), foi no ano de 1945, que houve a necessidade de professores que alfabetizassem as famílias residentes nas fazendas derredores ao local que seria construído o povoado, anseio que surgiu na necessidade de alfabetizar os filhos das famílias tradicionais existentes.

De acordo com Santos (1997), a necessidade de uma escola para atender as famílias residentes na Fazenda Curral Queimado era fundamental para alfabetizar as crianças, visto que, as fontes orais abordam a necessidade das chamadas “escolas residenciais, no qual muitos professores trabalhavam no anonimato atendendo e dedicando-se a educar a população rural.

Outras fontes orais, abordam que a pioneira responsável pela alfabetização na chamadas “Escola residenciais, a Professora Edite Bento Araújo, em sua casa na “Fazenda Posses”, alfabetizava na chamada Escola Isolada Posses, demonstrou que esse episódio foi o início da educação nos derredores da Fazenda Chapadão, posteriormente Itaguaru, esses fatos

aconteceram por volta de 1942, ou posterior.

Preocupado com a escolarização das famílias residentes próximo ao Chapadão, o Sr. Napoleão Pires de Barros decidiu trazer um fotógrafo da cidade de Itaberaí, para fotografar as 150 crianças do qual tinha idade escolar, a fim de conseguir a verba para a construção de um grupo escolar, isso não foi possível, porque não existia um povoado ainda.

Na luta para a conseguir a construção de um grupo escolar, em 1945 Napoleão Pires de Barros e Urgélio Teixeira, saem em busca de doadores de terras para a construção do então sonhado povoado, a fim de fazer um loteamento e posteriormente criar uma escola para a alfabetização das famílias locais, sendo assim receberam a doação de 6 alqueires de terras, nas imediações da fazenda Santo Antônio do Curral Queimado.

Após a criação de um povoado, Santos (1997), aborda que com o crescimento rápido do povoamento, e algumas atividades agrícolas, esperando a construção da então escola pública, surge a primeira escola particular: Escola Gervásio de Ataídes, por volta de 1946 e depois seguindo este mesmo modelo, surgem outros professores com o mesmo objetivo, a alfabetização de crianças, independente das condições de pagar ou não pelas aulas dadas.

Depois de criado o povoado em 1946, veremos a memória do fundador Napoleão Pires de Barros, no que se refere a lembrança da construção da primeira escola:

Terminamos o loteamento e partimos para fazer uma escola, muitos ajudaram. Quando estava bem adiantada a construção, saiu uma verba para uma escola no município. Então lutei para o prefeito ceder para o povoado do Curral Queimado. Ele resolveu ceder. Construimos a escola com a qual eu tanto sonhava (BARROS, p.5 1986).



Foto dos filhos dos fundadores Antônio Lourenço de Sá e Napoleão Pires de Barros

Fonte: Divina Lourenço de Sá

Foto sem data



Primeira Escola de Itaguaru, construída no ano de 1946. Chamava Grupo Escolar Napoleão Pires de Barros. Foi demolida por volta de 1958.
Fonte: Dilma Pires de Carvalho

Adentraremos, depois de compreender um pouco sobre a evolução da educação em Itaguaru, na criação da Escola Municipal Professora Belisarina Galdino de Oliveira, em 1998, que resultou numa nova gestão democrática. É nesta chamada concepção da Gestão Democrática em Educação, que é sobretudo a maneira de conduzir o ensino básico baseando nos seus estatutos e na sua legislação própria.

Concepção da Gestão Democrática em Educação

Na concepção do pensamento de Ferreira, (2004), para compreender o que significa a Gestão da educação, ou seja, na “cultura globalizada” o autor enfoca que ressignificar é preciso. O significado da gestão da educação, nos tempos hodiernos, necessita, a partir do seu significado etimológico, ser vinculada às exigências do mundo globalizado. Em toda a sua complexa rede de determinações, a sua referência fundamental é enfim a formação para a cidadania na “cultura globalizada”.

Para o autor citado acima, a Gestão significa uma tomada de decisões, organização, direção. Correlacionando com a atividade de impulsionar uma organização que possa atingir seus objetivos, ou seja, cumprir suas responsabilidades. Compreendemos que a Gestão da educação significa ser responsável por garantir a qualidade de uma “mediação no seio da prática social global” (Saviani, 1980, p. 120), constituindo-se no único mecanismo de hominização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos.

Ferreira, (2004), ressalta que, os princípios da educação que a gestão assegura serem cumpridos, de uma educação comprometida com a “sabedoria” de viver junto respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida (Ferreira, 2004, p. 306-307).

Salientamos que a gestão, vai muito além de tomar decisões, organizar e dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania, no contexto da complexa “cultura globalizada”. Isso significa aprender com cada “mundo” diferenciado que se coloca, suas razões e lógica, seus costumes e valores que devem ser respeitados, por se constituírem valores, suas contribuições que são produção humana.

Pode-se vislumbrar aqui a postura metodológica da maiêutica socrática. A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nessa perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos (CURY, 2002, p. 165).

De acordo com Ferreira (2004), na cultura globalizada, surge este novo sentido exigindo que os educadores, entre eles, professores, pais, gestores, políticos e todos que tomam decisões sobre os destinos da humanidade. Inquietam-se com as consequências psicológicas e sociais que os excessivos uso e consumo de universos virtuais criam.

Surge de acordo com o pensamento acima, uma “realidade irreal” que passa a constituir-se em um “virtual real”. A compreensão de gestão como tomada de decisões vale acrescer a contribuição de Cury (2002), quando salienta que este termo também provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere, que significa: levar sobre si, chamar a si, exercer, gerar.

Enfim, estes verbos assim como em um dos seus substantivos derivados, gestatio, ou seja, gestação, percebe-se o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. E desta “mesma raiz provém os termos genitora, genitor, germen. A gestão, neste sentido, é, por analogia, uma geração similar àquela pela qual a mulher se faz mãe ao dar à luz a uma pessoa humana” (Cury, 2002, p. 164). Pontuando que a gestão segundo foi abordado neste sentido, é uma geração similar quando uma mãe dá à luz a um filho.

Gestão na Educação Infantil

Abordaremos, segundo Flôres¹ e Tomazzetti² que a gestão educacional começou a ter maior notoriedade no Brasil a partir da década dos anos 1990. Surge para romper com o enfoque limitado da administração, significando então, uma mudança conceitual e atitudinal, pois se constitui como alteração de paradigma. Então a gestão democrática pressupõe ação abrangente e contínua envolvendo múltiplas dimensões que ultrapassam a

¹ Mestranda da Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2012.

² Mestranda da Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2012.

visão restrita da administração, privilegiando assim uma execução de planejamentos impostos. Para os autores, a educação carrega consigo as marcas do modelo da administração que durante décadas predominou no interior das instituições educacionais

Segundo aborda Ferreira (2001) a educação incorporou os princípios do Taylorismo/Fordismo atendendo as demandas da organização do trabalho, caracterizando assim por ser uma escola fragmentada, corroborando com a dicotomia entre pensamento e ação. Enfim, o planejamento das ações é feito por um pequeno grupo para que sua realização seja executada por todo o grupo.

Os autores apresentam que vários profissionais que atuam na educação, desde os educadores, funcionários e gestores, não podem negar a importância de levar os indivíduos a construir consciência crítica da realidade. Sem essa consciência os próprios indivíduos são facilmente manipulados e privados de exercer a cidadania, um exemplo claro, é especialmente na atualidade, onde os desafios trazidos pela globalização para a escola e os educadores são carregados de imensa complexidade.

Destaca-se nas ideias sobre a gestão educacional, que de acordo com Flôres e Tomazzetti, o atendimento às crianças de 0 a 5 anos em instituições especializadas tem origem, portanto, com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. Vemos que a história de vida das mulheres que deixaram seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres, de criação dos filhos e os deveres domésticos, cuidando do marido e família, para entrarem no mercado de trabalho, para adquirir seu sustento. Vemos que na abordagem dos fatos, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seu e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento na educação infantil, criando creches e escolas (termo atual referente ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos) no Brasil.

O que se pode perceber é que existiram para justificar o surgimento das escolas infantis uma série de ideias sobre o que constituía uma “natureza infantil” que, de certa forma, traçava o destino social das crianças e justificava a intervenção dos governos a da filantropia para transformar as crianças em sujeitos úteis, numa sociedade desejada, que era definida por poucos (BUJES, 2001, p. 15).

Segundo Flôres e Tomazzetti (2012), as primeiras instituições públicas de educação infantil no Brasil datam de 1899 a partir da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e da inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ) que se constituiu como marco, pois é a primeira creche brasileira para filhas de operários que se tem registro.

De acordo com as autoras, com a criação da legislação brasileira, muitas foram às conquistas da Educação Infantil, nas últimas décadas,

considerando a criança como sujeito de direitos. A Constituição Federal de 1988 reconheceu a educação de crianças de zero a seis anos, anteriormente tida como assistencial, como direito do cidadão e dever do Estado e incluiu a creche no capítulo da Educação, ressaltando seu caráter educativo, e não mais estritamente assistencial. Esses direitos foram regulamentados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (**Lei Federal 8.969 de 13 de julho de 1990**), explicitando melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento.

Segundo aborda Flôres e Tomazzetti, a educação está permeada por desafios que demonstram a sua complexidade e importância para a sociedade atual. Ressaltamos a grande relevância da Educação Infantil por ser o período em que os indivíduos se desenvolvem nas dimensões: cognitivas, afetivas, corporais e sociais.

De acordo com Flôres e Tomazzetti (2012), a educação infantil é um período profícuo para a construção de conhecimentos. Analisarmos no contexto que abrange a infância, buscaremos compreender este processo através da perspectiva histórica de apreendendo sobre os diversos aspectos que interagem no exercício profissional dos gestores que atuam com crianças da faixa etária de 0 a 5 anos. Através da história da Educação Infantil, percebe-se que sua trajetória é determinante por inúmeras mudanças sociais e econômicas. Enfim, os sujeitos se constituem a partir das diferentes formas de intervenção educativa ao qual são submetidos.

Breve histórico da Educação Infantil no Brasil

De acordo com Barbosa (2000), foi a partir do final da década de 70, no Brasil, que a educação de crianças de zero a seis anos surgiu um novo estatuto no campo das políticas e das teorias educacionais. Foi uma intensa luta histórica por creches e pré-escolas, ocasionada por diferentes movimentos sociais, tomando assim grandes proporções. Inicialmente os governos que se mantinham em oposição à ditadura militar e, posteriormente, aqueles que se instalaram pós-abertura política.

Para o autor acima, estes governos realizaram investimentos ampliando assim os direitos à educação das crianças dessa faixa etária. Criaram-se projetos para educação das crianças pequenas, foram desenvolvidos, principalmente através de ações, envolvendo diversos Ministérios e a Legião Brasileira de Assistência.

Barbosa (2000), salienta que a Constituição Federal de 1988 representou um avanço no que se refere aos direitos da infância, considerando que as crianças e os jovens como sujeitos de direitos e proclama a necessidade da oferta de atendimento em educação infantil. Como é citado no seu artigo 7, inciso XXV, do Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivas, é assegurado o direito ao atendimento gratuito aos meninos e às meninas, desde o nascimento até os seis anos, em creches e pré-escolas.

É notável que a inclusão da Educação Infantil na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional 9.394/96, como seção autônoma, foi uma importante resposta para as novas demandas e dinâmicas da cultura e da sociedade, ou seja, foi passo importante para a valorização da educação do assim chamado nível de ensino. Foi na nova LDB, que a educação infantil está presente no capítulo da Educação Básica, no entanto, essa legislação juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio, o que apontando para a necessidade de articulação e não a ligação entre eles.

Uma importante marca, segundo Barbosa (2000) foi a diferenciação entre eles ocorrer pelo uso da palavra educação e não ensino, demonstrando uma visão mais ampla dos processos pedagógicos necessários nessa faixa etária.

Políticas Públicas na Educação Infantil

Este tópico estará baseado no site da educação, a secretaria de Educação Básica. A nova **Constituição de 1988**, e a LDB determinaram que a responsabilidade pela oferta de educação infantil é dos municípios. Dessa maneira, os órgãos federais responsabilizam-se principalmente pela orientação sobre os padrões de atendimento que devem ser seguidos pelos sistemas educacionais estaduais e municipais, incluindo-se aí as escolas privadas e as instituições subvencionadas com recursos públicos.

No período entre a promulgação da nova Constituição (1988) e a aprovação da LDB (1996), o Ministério da Educação e Cultura – MEC –, reforçado inicialmente pelos compromissos assumidos internacionalmente na Conferência de Jomtien, desempenhou importante papel na formulação de diretrizes para a educação infantil, publicando documentos, promovendo estudos e debates, elaborando propostas curriculares e apoiando as mobilizações da área em diversos espaços (MACHADO, CAMPOS, 2004).

Em 1998, o MEC publicou o Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI), em três volumes, enviados a escolas de todo o país, oferecendo subsídios para os projetos pedagógicos das prefeituras e das unidades de educação infantil (Brasil, 1998). Paralelamente a esses esforços, o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), desenvolvia-se nas organizações da sociedade civil e no Congresso Nacional (Didonet, 2001).

Aprovado em 2000, após longos debates, o Plano prevê padrões mínimos de infraestrutura para as instituições de educação infantil, que assegurem: • espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; • instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; • instalações para preparo e/ou serviço de alimentação; • ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo; • mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; • adequação às características das crianças especiais. **Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006**

O PNE também define metas de expansão do atendimento para creches e pré-escolas em nível nacional. No entanto, a aprovação do novo sistema de financiamento da educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) implantado no país a partir de 1998, não conferiu prioridade à expansão da educação infantil (GUIMARÃES, PINTO, 2001).

Dessa forma, as novas diretrizes legais que apontam para melhorias na qualidade do atendimento não puderam ser traduzidas em efetivas medidas práticas na escala necessária. A distância entre a legislação e a realidade continua, infelizmente, a caracterizar grande parte da educação infantil no país, como se verá a seguir. Nesse contexto, as mobilizações da sociedade civil, agora articuladas nos Fóruns de Educação Infantil locais e no Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), em âmbito nacional, cumprem importante papel, atuando no sentido de converter em realidade o que foi conquistado na lei.

Profissionais de educação infantil e sua formação Um dos principais critérios de qualidade utilizados internacionalmente para avaliar a qualidade de escolas em qualquer nível de ensino é o tipo de formação prévia e em serviço dos professores ou educadores que trabalham diretamente com os alunos. No Brasil, anteriormente à legislação recente, as duas principais modalidades de atendimento a crianças de zero a seis anos encontravam-se vinculadas a diferentes setores governamentais.

Diretrizes Curriculares Nacionais

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela **Lei nº 9.394/96**, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (**artigos 8º, 9º, 10 e 11**).

No tocante à Educação Básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao Distrito Federal, está assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental.

Em que pese, entretanto, a autonomia dada aos vários sistemas, a LDB, no inciso IV do seu **artigo 9º**, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da **LDB e da Lei nº**

9.131/95, que o instituiu.

Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (**artigo 7º da Lei nº 4.024/61**, com redação dada pela **Lei 8.131/95**), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB.

O sentido adotado neste Parecer para diretrizes está formulado na **Resolução CNE/CEB nº 2/98**, que as delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. Por outro lado, a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica está posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo.

Têm estas Diretrizes por objetivos: I - sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola; II - estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica; III- orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais, os docentes, técnicos, funcionários da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertencem.

Desafios na construção do projeto pedagógico na Educação Infantil

De acordo com Dal Forno³, Ferreira⁴ e Markowicz⁵ (2012), é apresentado os desafios durante a construção de um projeto político pedagógico, visto que, Saviani (2008), aborda que para encontrar melhores condições de vida humana é assegurando que o saber socialmente produzido na escola, por meio da construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico. Segundo Veiga (2004), o documento que explicita a intenção e

³ Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba/ PR

⁴ Professora titular da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba/ PR

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná, professor do curso de pedagogia da faculdade Santa Cruz

a ordenação das ações (planejamento, execução, acompanhamento avaliativo) estão voltadas ao ato de intenção do Trabalho Educativo.

Dessa forma, os autores acima ressaltam o Projeto Político Pedagógico necessitando da garantia ao acesso mais amplo e aprofundado, o mais crítico e compreensivo, sobre a cultura (humana) tendo em vista o pleno desenvolvimento humano, sendo que, salientando todas as capacidades do ser humano pensar, sentir, expressar-se, conviver e transformar. Portanto, entende-se este, como um trabalho intencional e sistemático que visa finalidades e que não se dá espontaneamente, naturalmente pelo senso comum.

Segundo aborda Dal Forno, Ferreira, Markowitz, (2012) considera-se, no entanto, que a escola em seu processo educativo, sofre influências externas como o grau de democratização das relações sociais no âmbito da sociedade. Já as determinações legais que estabelecem como e quem toma decisões sobre política educacional no país, as normatizações do sistema de ensino, o meio social no qual a escola se insere, as determinações de manutenção da escola pela mantenedora em nível de administração responsável pela rede de escolas, o estado ou município a que pertence a escola. (Veiga, 2004).

Segundo a abordagem do autor, parafraseando Veiga, mesma autora, “...

é importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso, todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola” (Veiga, 2004, p. 31).

Ainda, de acordo com Veiga (2004), o processo de gestão da escola encontra em uma ligação entre estas forças, e desse embate que se originam conflitos, tensões, rupturas, propiciando a todos os envolvidos o crescimento pessoal e profissional. Surgem então onde novas formas de relação de trabalho, que são construídas, e espaços ficam abertos à reflexão coletiva favorecendo a comunicação entre os diferentes segmentos da escola, ou seja, a descentralização do poder. Enfim, o Projeto Político Pedagógico ocupa um papel central objetivando uma construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática.

O projeto político pedagógico, além de envolver seus diversos segmentos na elaboração, no seu acompanhamento, constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa, da escola e

de sua realidade educacional. A transformação de uma sociedade se dá através da participação popular, sendo esta a base de uma cidadania ativa, atuante, propondo ações, de participação nas decisões coletivas.

Nesse sentido, Navarro (2004) afirma que a participação pode ser entendida como processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização. Ou seja, não existe apenas uma forma ou lógica de participação: há dinâmicas que se caracterizam por um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Navarro (2004) assevera que alguns processos chamados de participação não garantem o compartilhamento das decisões e do poder, configurando-se como mecanismo legitimador de decisões já tomadas centralmente. Portanto, para que a participação seja realidade, Navarro afirma que são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior.

Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de se garantir infraestrutura adequada, quadro de pessoal e apoio estudantil. Para Navarro, outro dado importante é entender a participação como processo a ser construído coletivamente. Nessa direção, é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode

Gestão para Ferreira (2001) significa:

(...) tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão –, de quem tem consciência do coletivo – democrático – de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

É um termo, segundo Ferreira (2007), que historicamente vem se firmando no âmbito da administração da educação e no estudo das instituições e organizações como um sinônimo de administração, e que se “instala” no mundo pensante com um sentido mais dinâmico, traduzindo movimento, ação, mobilização, articulação. Assim entende-se por Gestão Democrática a garantia de mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram.

O autor menciona que a gestão nos espaços escolares deve priorizar a organização que proporcione a igualdade de condições a todos os segmentos, e que de forma alguma iniba a participação, pelo contrário ela deve oportunizar e instigar a todos os integrantes da comunidade escolar a estarem atuando nas tomadas de decisões, pois a gestão é um princípio. A

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, **lei nº 9394/96** dispõe que: **Art. 14.**

“Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes”.

Esses princípios devem fundar a base da gestão, a direção das ações da escola deve ser guiada por esses princípios, superando determinadas concepções enraizadas no interior da escola, que tendem a manter a distância entre o pensamento e ação. Uma gestão de qualidade está sempre em busca de meios que proporcionem, desde a sala de aula, condições de participação.

De acordo com Ferreira a gestão:

É a administração se fazendo em ação na sala de aula, por conter “em gérmen” o espírito e o conteúdo do projeto político pedagógico que expressa, democraticamente, os compromissos e o norte da escola através da gestão do ensino, da gestão da classe, da gestão das relações, da gestão do processo de aquisição do conhecimento, pois a escola e a sala de aula estão interligadas de todas as maneiras (FERREIRA, 2001, p. 310).

Segundo Ferreira (2001), pensar a gestão significa o ato de gerir, a maneira de administrar, ou seja, uma tomada de decisões. A gestão escolar exerce um papel fundamental e decisivo influenciando diretamente nas condições que proporcionam oportunidades sociais, acarretando a sua forma de organização o seu caráter excludente ou includente.

Enfim, conclui-se que é necessário buscar caminhos que levem à qualidade da educação para que possamos exercer de maneira satisfatória, com responsabilidades e com um dever a sociedade. Conclui-se que a gestão escolar constrói um caminho de participação e democracia, unindo as várias práticas gestoras com as ideias que perpassam pelas salas de aula com vistas com grande qualidade ao ensino público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciaremos a análise de conclusão deste trabalho, do qual a aborda sobre a educação infantil na Escola Municipal Professora Belisarina Galdino, criada em 1998, através da municipalização do ensino da educação infantil, baseado na LBD 9394/ 96. Salienta-se a importância do educador ou gestor na educação infantil, sendo que (Ferreira), pontua que: “Respeito, paciência e diálogo como encontro de ideias e de vidas “única forma superior de encontro” dos seres humanos, os únicos seres vivos que possuem esta condição e possibilidade e que não a utilizam.

Para a autora citada, o diálogo, como o fundamental caminho em

todas as suas possíveis formas, entendido como “o reconhecimento da infinita diversidade do real que se desdobra numa disposição generosa de cada pessoa para tentar incorporar ao movimento do pensamento algo da inesgotável experiência da consciência dos outros” (Ferreira, 2000, p. 172).

Vemos que a noção de diálogo é apresentada como uma generosa disposição de abrir-se ao “outro” que irá “somar” compreensões convergentes ou divergentes no sentido da construção da humanização das relações. Diálogo é uma confraternização de ideias e de culturas que se respeitam porque constituem diferentes produções humanas.

Diálogo conceito defendido pelo autor é como uma verdadeira forma de comunicação humana, na tentativa de superar as estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e as práticas educativas a fim de se construir, coletivamente na escola, na sociedade e em todos os espaços do mundo, uma nova ética humana e solidária.

Uma nova ética que seja o princípio e o fim da gestão democrática da educação comprometida com a verdadeira formação da cidadania, os conceitos como: fraternidade, solidariedade, justiça social, respeito, bondade e emancipação humana. Enfim, precisamos assimilar e incorporar estas práticas como consciência e compromisso da gestão democrática da educação, os princípios que necessitam nortear as decisões a serem tomadas, no sentido da humanização e da formação de todas as pessoas que vivem em sociedades.

A contribuição deste trabalho como aprendizagem para a presente pesquisa trouxe além de conhecer sobre a educação e a trajetória da Escola Municipal Professora Belisarina Galdino de Oliveira, mas contribuir escrevendo sobre esta instituição para as pessoas interessadas em pesquisa. Também em conhecer a história da escola e o seu desenvolvimento, sua política pedagógica e seu regimento interno, como uma instituição de ensino da educação infantil de Itaguaru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M.C.S. **Por Amor e Por Força: Rotinas da Educação Infantil** (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2000

BRASIL. **Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília. 1971

BRASIL, **Lei 8.969/90, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 1996

BRASIL, **Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Escola Infantil: Pra que te Quero?** In: CRAIDY, Carmem

CARVALHO, Haydée R. de; FRAGA, Ângela Maria de Souza; SILVA, José Divino da: **“Lembranças e memórias da relação de Napoleão Pires de Barros na Construção do Município de Itaguaru entre as décadas de**

1940 e1970: Itapuranga 2005

CURY, C.R.J. **Gestão democrática da educação: exigências e desafios.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002a.

CURY, C.R.J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, Campinas: Autores Associados, n. 116, jul. 2002

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SINOS DE BELÉM. **Projeto Político Pedagógico.** Santa Maria, 2007.

FERREIRA, N.S.C. **Violência e paz: a exigência de novas políticas e ações integradas.** In: Violência e indisciplina na escola. Anais do XI Colóquio da AFIRSE, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002a.

FERREIRA, N.S.C. **Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades.** In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Formação Continuada e Gestão da Educação.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências Novos Desafios.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Gestão da Educação e Formação de Professores: experiências de uma Escola Estadual do Paraná.** Paraná:2012

Flôres, Vanessa Medianeira da Silva. **A Gestão na Educação Infantil: Concepções e Práticas.** UFSM. Rio Grande do Sul, 2012

FORNO, Marcia Rakel Grahl Dal: **Gestão da Educação e Formação de Professores: experiências de uma Escola Estadual do Paraná.** Paraná: 2012

MARKOWICZ, Daniel: **Gestão da Educação e Formação de Professores: experiências de uma Escola Estadual do Paraná.** Paraná: 2012

Ministério da Educação e Cultura/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Parecer nº20. Brasília: MEC, 2009.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC,2006

SANTOS, Elisamar Maria Rosa dos: **A História da Educação de Itaguaru:**

Itapuranga, 1999

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980

SAVIANI, Dermeval; **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações**. 10ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2008

TOMAZZETTI, Cleonice Maria; **A Gestão na Educação Infantil: Concepções e Práticas**. UFSM. Rio Grande do Sul, 2012

Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006

Fotografias cedidas por: Divina Lourenço de Sá e Dilma Pires de Carvalho.